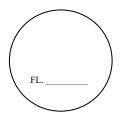


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



PROCESSO n.: 1.135.333

NATUREZA: DENÚNCIA

**DENUNCIANTE: CARDOSO EVENTOS e ESTRUTURAS EIRELI** 

DENUNCIADA: PREFEITURA MUNICIPAL de MONTE CARMELO

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL n. 105/2022

PROCESSO n. 150/2022

### À Secretaria da Segunda Câmara,

Tratam os autos de Denúncia oferecida pela empresa Cardoso Eventos e Estruturas EIRELI, representada por seu sócio, Sr. Alex Cardoso da Silva, em face de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Presencial n. 105/2022, Processo n. 150/2022, deflagrado pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, cujo objeto é "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de material para instalações elétricas e montagem de enfeites de natal em diversas ruas, avenidas, praças e prédios públicos na cidade de Monte Carmelo – MG, solicitado pela Secretaria Municipal de Juventude Cultura e Esporte."

Compulsando os autos, emerge a constatação de que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em sede de parecer, requer aditamento (itens 9 a 21 – peça n.15), reputa-se no fato de que se faz mister a citação do pregoeiro e da autoridade responsável pela homologação do certame, oportunizando-lhes o exercício do direito de defesa a respeito dos fatos narrados no parecer disponibilizado à peça supracitada.

Defiro o aditamento requerido pelo *parquet* e, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no art. 5°, inc. LV, da Constituição da República, determino a citação de Iscleris Wagner Gonçalves Machado, Pregoeiro; e Ana Paula Pereira, Autoridade Julgadora e Responsável pela Homologação, para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis, apresente defesa e documento (s) que julgar pertinente acerca dos apontamentos constantes do parecer ministerial (peça n.15).

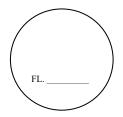
Os ofícios expedidos deverão estar instruídos com a informação de que os presentes autos são eletrônicos, podendo ser consultados e acompanhado o seu andamento em tempo real, na Secretaria Virtual, por meio do <u>sistema e-TCE</u>, disponível no portal deste Tribunal na internet (<u>www.tce.mg.gov.br</u>).

ilm Página 1 de 2



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

#### Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



Cientifique-os de que a defesa deverá ser apresentada por ele próprio ou por procurador(es) devidamente constituído(s), conforme dispõe o *caput* do art. 164 da Resolução n. 12/2008, por meio do <u>e-TCE</u>, nos termos do art. 3º da Portaria n. 46/PRES./2020 e, ainda, de que a falta de manifestação no prazo assinalado implicará no julgamento do processo com base em seu atual estágio de instrução.

Ato contínuo, **encaminhem-se** os autos à 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios para reexame e, em seguida, ao Órgão Ministerial para emissão de parecer conclusivo.

Decorrido in albis o prazo, remeta-os diretamente Ministério Público junto ao Tribunal.

Tribunal de Contas, em 11 de dezembro de 2023.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA Relator

ilm Página 2 de 2